



Conferência da OIT tem denúncias contra nova lei trabalhista

Por Francisco Aloise
De Genebra, Suíça

O Mundo do Trabalho começou a ser debatido nesta segunda-feira na 107ª Conferência Internacional do trabalho, que é promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e reúne representantes de 187 países. Logo na abertura dos trabalhos, representantes das centrais sindicais de trabalhadores fizeram denúncia contra o Governo Brasileiro por causa da nova lei trabalhista e, com isso, caso a denúncia seja aceita, o Brasil pode ser inserido numa lista negra de piores países que não respeitam as convenções trabalhistas de Genebra.

Sindicalistas alegam que a lei trabalhista recentemente em vigor no Brasil, retirou direitos e reduziu a força dos sindicatos na representação dos trabalhadores, infringindo três convenções de

Genebra aprovadas e ratificadas pelo Brasil.

Representantes do Governo Brasileiro, entretanto, se encontram em Genebra para se defenderem das acusações e os debates sobre o assunto devem ter início amanhã e promete ser polêmico.

Lista negra da OIT.

O sindicalista Antonio Neto, presidente da Central Sindical do Brasil (CSB), disse ao *Diário do Litoral*, logo após a sessão solene de abertura da conferência, que a partir de amanhã a denúncia deve ser aprovada nas comissões. “Hoje, o Brasil ocupa o 40 lugar no ranking das denúncias trabalhistas, mas amanhã pode entrar na lista negra dos 24 piores países que não respeitam leis trabalhistas e isso vai possibilitar que a denúncia das centrais sindicais seja apreciada, discutida e votada em plenário”, disse o líder sindical.

Já a sindicalista Ruth Coelho,

integrante da Força Sindical informou que vão ocorrer protestos e mobilizações de sindicalistas e trabalhadores ao longo da conferência que se realiza no Palácio das Nações

“Serão protestos contra retirada de direitos na lei trabalhista que ferem três convenções da OIT”. Ruth integra a comissão em defesa da mulher contra assédios no mercado de trabalho.

“Tentaremos aprovar a criação de uma nova Convenção e uma Recomendação da OIT sobre esse tema, que serão discutidas neste e no próximo ano, na 108ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), ano em que a OIT comemorará seu centenário”.

* O jornalista Francisco Aloise integra o Comitê de Imprensa da 107ª Conferência Internacional do Trabalho

Petroleiros decidem greve com caminhoneiros ainda parados

EDUARDO BRANDÃO E SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Em meio a uma greve nacional de caminhoneiros autônomos que já dura nove dias, com reivindicações como a redução do preço do diesel nas bombas, os trabalhadores da Petrobras na Baixada Santista e no Litoral Norte decidiram deflagrar greve, a partir de amanhã, por tempo indeterminado.

A categoria tomou a decisão, ontem à noite, em assembleias na sede do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP), em Santos, e na sub-sede de São Sebastião. Esse encaminhamento é seguido por todas as instituições ligadas à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), como o Sindipetro-LP, e à Federação Única dos Petroleiros (FNU).

O objetivo é protestar contra a política para a definição dos preços de derivados de petróleo no Brasil adotada em junho de 2016. Os trabalhadores querem a saída do presidente da companhia, Pedro Parente, e exigem o cancelamento imediato do processo de venda do controle de dois blocos regionais, no Nordeste e no Sul, cada um com duas refinarias, terminais e dutos de movimentação de petróleo e derivados.

A paralisação tende a se unir à dos caminhoneiros, que ainda não se desmobilizaram por completo após as medidas anunciadas, no domingo à noite, pelo presidente Michel Temer (MDB). O Governo aceitou, por exemplo, reduzir o preço do diesel em R\$ 0,46 por litro, mediante desconto de PIS e Cofins, por 60 dias. Os reajustes serão mensais.

Fonte (acima): Jornal Diário do litoral – 29/05/2018

Fonte (ao lado): Jornal A Tribuna – 29/05/2018

Porto já registra perdas de US\$ 100 mi com greve

Exportações pelo cais santista foram afetadas pelo protesto

O movimento dos caminhoneiros entra hoje no nono dia com os reflexos sobre todos os setores da economia. No Porto de Santos, por exemplo, o protesto

inviabilizou as exportações e já registra prejuízos de US\$ 100 milhões, o equivalente a R\$ 375 milhões, ao setor de navegação. É o que mostra o Sindicato da

Agências de Navegação Marítima (Sindamar). A situação se agrava diante de paralisações de outras quatro categorias no cais santista. **A-5**

> Também os trabalhadores da Petrobras na região e no Litoral Norte deflagram greve, a partir de amanhã, por tempo indeterminado. **A-3**

> Mais uma prefeitura decretou situação de emergência. Itanhaém se junta a Cubatão, Guarujá e Peruíbe nessa condição. **A-7**

Fonte: Jornal A Tribuna – 29/05/2018

Intermitente terá registro em carteira

As empresas já contam com regras claras para contratar mão de obra por meio do chamado trabalho intermitente. Nessa modalidade, o contratado executa uma função de forma esporádica, em dias alternados ou por algumas horas. A remuneração é paga conforme a jornada desempenhada. A modalidade de trabalho foi criada pela reforma trabalhista em novembro. O Governo editou uma medida provisória para detalhar a novidade, mas a MP acabou perdendo o efeito por não ter sido votada. Na semana passada, o Ministério do Trabalho publicou no Diário Oficial da União portaria definindo como funcionarão as contratações.

Fonte: Jornal A Tribuna – 29/05/2018

Senado aprova MP que autoriza saque do PIS/Pasep

Senado aprovou nesta segunda-feira (28) permissão para que qualquer titular de conta do PIS/Pasep saque os recursos que possui em conta individual até o dia 29 de junho deste ano. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2018, decorrente da Medida Provisória 813/2017, ainda permite ao governo federal estender o prazo até o dia 28 de setembro. O texto aprovado foi relatado pelo senador Lasier Martins (PSD-RS) e segue para sanção presidencial. Após o prazo de 29 de junho ou sua prorrogação, os recursos poderão ser sacados apenas por maiores de 60 anos, aposentados e militares da reserva. Antes da edição da MP, o saque era permitido apenas a quem tinha mais de 70 anos. Foram incluídas na MP original outras duas hipóteses para saque: pessoas que recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos sem condições de se sustentar e a pessoas com deficiência; e a portadores de certas doenças.

Depósito em conta

O resgate permitido é do saldo em contas individuais do período anterior a 1988. Como o PIS é administrado pela Caixa Econômica Federal e o Pasep pelo Banco do Brasil, quem tiver conta nestes bancos e tiver direito a resgate contará com o depósito em conta corrente ou poupança, em folha de pagamento ou outro arranjo de pagamento de titularidade do participante. O depósito será automático se não houver manifestação contrária. Estes bancos estabelecerão um cronograma de atendimento para as pessoas que não têm conta neles, com pagamentos até junho. A transferência dos valores para outros bancos será sem cobrança de taxas no prazo de 90 dias do depósito. Para facilitar o saque em caixas automáticos, os centavos do saldo da conta individual do PIS/Pasep serão arredondados para cima até um inteiro.

Leia mais: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>